

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. Através da análise do Documento de Formalização de Demanda e consulta à área requisitante, foi identificada a seguinte necessidade:

Aquisição de bloquetes de concreto sextavado para esta Autarquia.

1.2. Cabe ressaltar que os itens listados nesse ETP são considerados “comuns”, pois se enquadram na classificação nos termos do item XIII, do art. 6º, da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, “bens e produtos comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;”.

1.3. Justificativa da necessidade: A aquisição de bloquetes de concreto sextavado para o SAAE Formiga pode ser justificada pelas seguintes razões:

1.3.1. Recomposição de calçamento: O SAAE Formiga precisa efetuar a recomposição de calçamentos, após a abertura de ruas e avenidas que passaram por manutenção na rede de água e/ou esgoto neste município.

1.3.2. Durabilidade: Os bloquetes de concreto são extremamente duráveis e resistentes a condições climáticas adversas, o que reduz a necessidade de manutenção e reposição frequente.

1.3.3. Sustentabilidade: O uso de bloquetes permite a permeabilidade do solo, ajudando na drenagem da água da chuva e na redução de alagamentos, o que é benéfico para a gestão hídrica da cidade.

1.3.4. Estética: O formato sextavado oferece um visual diferenciado e moderno, melhorando a aparência urbana e contribuindo para a valorização das áreas onde são utilizados.

1.3.5. Facilidade de instalação: A instalação dos bloquetes é relativamente simples e rápida, o que pode resultar em economia de tempo e mão de obra.

1.3.6. Custo-benefício: Embora o investimento inicial possa ser maior em comparação com outros materiais, a durabilidade e a baixa manutenção dos bloquetes proporcionam um melhor custo a longo prazo.

1.3.7. Versatilidade: Podem ser utilizados em diversas aplicações, como calçadas, estacionamentos e áreas de lazer, atendendo a diferentes necessidades da infraestrutura urbana.

1.3.8. Conforto e segurança: A superfície texturizada dos bloquetes proporciona maior aderência, reduzindo o risco de escorregões e quedas, especialmente em áreas com grande circulação de pessoas.

Essas razões reforçam a viabilidade e os benefícios da aquisição dos bloquetes de concreto sextavado para o SAAE Formiga.

1.4. Justificativa da quantidade: No último processo licitatório, foi licitada a quantidade de 10.000 (dez mil) bloquetes. No atual processo, após análise do setor responsável, decidiu-se pela quantidade de 5.000 (cinco mil) unidades, tendo em vista que muitas ruas estão sendo asfaltadas e o bloquete tem sido menos utilizado. Desta forma, optou-se pela redução da quantidade, sendo direcionada apenas para substituição, em razão de manutenções de ruas que são calçadas com este item.

1.5. Com base no interesse público, justifica-se a aquisição de bloquetes para o SAAE Formiga pelos seguintes motivos:

SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA ESGOTO

Rua Antônio José Barbosa, 723– Bairro Santa Luzia – Formiga / MG

CNPJ: 16.782.211/0001-63 – (37) 3329-2758 – CEP: 35.570-660

www.saaeformiga.com.br – saaeformiga@hotmail.com

1.5.1. Melhoria na Infraestrutura: Bloquetes proporcionam uma superfície durável e estável, contribuindo para a manutenção e melhoria das vias públicas, o que facilita o tráfego de veículos e pedestres.

1.5.2. Sustentabilidade: Bloquetes podem ser fabricados a partir de materiais recicláveis, promovendo a sustentabilidade e a preservação ambiental, além de reduzir a geração de resíduos.

1.5.3. Estética Urbana: A utilização de bloquetes pode embelezar os espaços públicos, tornando a cidade mais agradável e convidativa, o que pode incentivar a população a usufruir mais dos espaços públicos.

1.5.4. Redução de Manutenção: Bloquetes tendem a exigir menos manutenção em comparação com outros tipos de pavimentação, o que gera economia a longo prazo para a administração pública.

1.5.5. Acessibilidade: A instalação de bloquetes pode facilitar o acesso para pessoas com mobilidade reduzida, contribuindo para a inclusão social.

1.5.6. Resistência e Durabilidade: Bloquetes são projetados para suportar cargas pesadas, o que os torna ideais para áreas de grande fluxo, garantindo uma solução duradoura.

1.5.7. Facilidade de Instalação e Substituição: Em caso de reparos em infraestruturas subterrâneas, os bloquetes podem ser removidos e reinstalados com facilidade, minimizando interrupções no tráfego e na vida cotidiana.

Esses fatores, alinhados ao interesse público, justificam a aquisição de bloquetes para o SAAE Formiga, contribuindo para uma melhor qualidade de vida para a população.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1. O Plano de Contratações Anual (PCA) é fundamentado pelo artigo 12 da Lei 14.133/2021:

“VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias. (Regulamento)

§ 1º O plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput deste artigo deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial e será observado pelo ente federativo na realização de licitações e na execução dos contratos.”

2.2. A Autarquia não possui o Plano de Contratações Anual (PCA).

2.3. Há a seguinte dotação orçamentária: **26.782.0006.6030 33 90 30 F/80 – Manutenção de ruas e avenidas – Material de Consumo.**

2.4. O município de Formiga (MG) regulamenta a Lei 14.133/2021 através do Decreto 9.841 de 24/01/2023, onde também se refere ao Plano de Contratações Anual (PCA) no Artigo 18.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA ESGOTO

Rua Antônio José Barbosa, 723– Bairro Santa Luzia – Formiga / MG

CNPJ: 16.782.211/0001-63 – (37) 3329-2758 – CEP: 35.570-660

www.saaeformiga.com.br – saaeformiga@hotmail.com

3.1. Das obrigações da contratante:

- a) Emitir Autorização de Fornecimento;
- b) Atestar o faturamento dos produtos contratados no documento fiscal correspondente, após rigorosa conferência e comprovada a entrega total, fiel e correta dos produtos;
- c) Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas;
- d) Fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- e) Rejeitar todo e qualquer produto de má qualidade e em desconformidade com as especificações deste Estudo Técnico Preliminar;
- f) Notificar à CONTRATADA, sobre qualquer irregularidade encontrada na entrega dos produtos, inclusive acerca de possível aplicação de multa por descumprimento contratual, fixando-lhe, nos termos da lei, prazo para apresentação de defesa.

3.2. Das obrigações da contratada:

- a) Entregar os produtos em conformidade com a descrição técnica de igual ou superior qualidade;
- b) O faturamento deverá ser efetuado mediante Autorização de Fornecimento da unidade requisitante, a qual poderá ser feita por memorando, e-mail, ofício, devendo dela constar: a data, o valor unitário do produto, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o carimbo e a assinatura do responsável;
- c) Cumprir todas as obrigações constantes neste Estudo Técnico Preliminar, assumindo seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
 - Dirimir quaisquer dúvidas e prestar esclarecimentos acerca da execução do objeto, durante toda a sua vigência;
 - Assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização do objeto/material;
 - Observar, atender, respeitar, cumprir a legislação pátria vigente, especialmente a indicada no Edital, e suas cláusulas, preservando o CONTRATANTE de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.
- d) Informar para a tesouraria do SAAE os dados bancários para futuros pagamentos, por meio do endereço eletrônico: saaetesouraria@hotmail.com
- e) Responsabilizar-se pela qualidade dos produtos, substituindo-os no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e às suas expensas, aqueles que apresentarem qualquer tipo de vício, irregularidades ou imperfeição, ou não se adequarem às especificações constantes no Edital, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive rescisão contratual.
- f) Não será admitida subcontratação do objeto contratual.
- g) Não haverá exigência de garantia da contratação dos Artigos 96 e seguintes da Lei 14.133/2021, pelo curto prazo da contratação e pelas suas características.

3.3. Das infrações administrativas e sanções

- a) Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) pregoeiro(a) durante o certame;
- Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - *Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - *Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - *Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - *Deixar de apresentar amostra;
 - *Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
- Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.
- b) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- c) Fraudar a licitação;
- d) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- e) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- f) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei 12.846, de 2013;
- g) Com fulcro na Lei 14.133, de 2021, a Autarquia poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - Advertência;
 - Multa;
 - Impedimento de licitar e contratar
 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- h) Na aplicação das sanções, serão considerados:
 - A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - As peculiaridades do caso concreto;
 - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - Os danos que dela provierem para a Autarquia;
 - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- i) A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo estipulado pela Autarquia, a contar da comunicação oficial, podendo ser aplicada em qualquer das infrações

administrativas previstas no Art. 155 da Lei 14.133/2021, podendo ser cumulativamente ou não com as demais sanções.

j) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

k) Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de sua intimação.

l) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas na alínea a) do Item 3.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

m) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nas alíneas a), b), c), d), e) e f), do item 3.3, bem como pelas infrações administrativas previstas na alínea a) do item 3.3, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no Art. 156, §5º, da Lei 14.133/2021.

n) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Autarquia, descrita no subitem a) do item 3.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do Art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.

o) A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

p) Caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

q) Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado do seu recebimento.

r) O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

s) A aplicação das sanções previstas neste Estudo Técnico Preliminar não exclui, em hipótese alguma, a obrigação da reparação integral dos danos causados.

3.4. Sustentabilidade na contratação

SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA ESGOTO

Rua Antônio José Barbosa, 723– Bairro Santa Luzia – Formiga / MG

CNPJ: 16.782.211/0001-63 – (37) 3329-2758 – CEP: 35.570-660

www.saaeformiga.com.br – saaeformiga@hotmail.com

a) Quanto aos aspectos de sustentabilidade na gestão do contrato e considerando o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, verificou-se que este objeto não possui parâmetros de sustentabilidade para serem aplicados no processo licitatório em questão em específico, além dos exigidos pelos Órgãos de Controle. Assim, ao se exigir que a contratada se responsabilize em estar em acordo com as exigências da agência reguladora, já satisfaz as condições de sustentabilidade aplicadas a essa questão, conforme a seguir:

- Respeitar e fazer cumprir a legislação de proteção ao meio ambiente, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

4.1. A descrição, bem como o respectivo quantitativo a ser contratado está descrito a seguir:

Item	Código	Descrição	Unidade	Qtde
1	11400014	Bloquete de concreto sextavado. Dimensões aproximadas: 30 cm x 30 cm x 08 cm.	UN	5.000

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Segundo a Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, Art. 23, Parágrafo 1º:

“No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de produtos em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

III – utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV – pesquisa direta feita com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal, de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 06 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Item	Código	Descrição	UN	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	11400014	Bloquete de concreto sextavado. Dimensões aproximadas: 30 cm x 30 cm x 08 cm.	UN	5.000	R\$7,01	R\$35.050,00

7. ANÁLISE DE RISCO

7.1. Os possíveis riscos estão descritos no Anexo “Mapa de Riscos”.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1. Espera-se que a aquisição dos materiais descritos neste Estudo Técnico Preliminar propicie a manutenção das ruas e avenidas deste município, bem como a promoção de diversos benefícios para a comunidade local, a saber:

8.1.1. Segurança Viária: Com ruas bem pavimentadas, há uma redução no risco de acidentes, melhorando a segurança para motoristas e pedestres.

8.1.2. Conforto para os Usuários: A superfície lisa e uniforme dos bloquetes proporciona um deslocamento mais confortável para veículos e pedestres, especialmente em áreas com grande movimento.

8.1.3. Valorização Imobiliária: Ruas e avenidas bem cuidadas tendem a valorizar os imóveis ao redor, beneficiando os proprietários e incentivando novos investimentos na área.

8.1.4. Facilitação do Transporte Público: Melhorias na pavimentação podem facilitar a circulação de ônibus e outros meios de transporte, tornando o transporte público mais eficiente e atrativo.

8.1.5. Redução de Enchentes: Bloquetes, especialmente os permeáveis, podem ajudar na drenagem das águas pluviais, minimizando o acúmulo de água nas ruas e evitando alagamentos.

8.1.6. Fomento ao Comércio Local: Com ruas mais acessíveis e agradáveis, há uma tendência de aumento no fluxo de pessoas, beneficiando o comércio local e incentivando o desenvolvimento econômico.

8.1.7. Integração Social: Ambientes urbanos bem cuidados promovem a convivência social e a interação entre os cidadãos, contribuindo para um senso de comunidade mais forte.

8.1.8. Eficiência no Trabalho do SAAE: Com uma infraestrutura adequada, o trabalho do SAAE em manutenção e reparos se torna mais eficiente, resultando em serviços mais rápidos e de melhor qualidade.

Esses pontos ressaltam como a aquisição de bloquetes para o SAAE Formiga não apenas contribuirá para a manutenção das ruas, mas também terá um impacto positivo em várias esferas da vida urbana.

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO

9.1. Não haverá parcelamento da contratação do objeto pelas seguintes razões:

9.1.1. Natureza do Objeto: A natureza do objeto da contratação exige que a execução seja feita em uma única fase ou etapa, garantindo a integridade e a qualidade do produto.

9.1.2. Viabilidade Financeira: A contratação em parcela única possibilitará um melhor planejamento orçamentário, evitando complicações financeiras e assegurando a alocação adequada de recursos.

9.1.3. Redução de Riscos: O não parcelamento minimiza riscos de inadimplência, atrasos na entrega e facilita a gestão do contrato, garantindo que todas as partes cumpram suas obrigações simultaneamente.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

SAAE – SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA ESGOTO

Rua Antônio José Barbosa, 723– Bairro Santa Luzia – Formiga / MG

CNPJ: 16.782.211/0001-63 – (37) 3329-2758 – CEP: 35.570-660

www.saaeformiga.com.br – saaeformiga@hotmail.com

10.1. Espera-se com essa contratação, atender e satisfazer as demandas desta Autarquia, contribuindo com a eficácia e economicidade na referida contratação.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

11.1. Não se vislumbram necessidades de adequações aos ambientes para a aquisição dos produtos referidos neste Estudo Técnico Preliminar.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

12.1. Não haverá a necessidade de contratações correlatas ou interdependentes.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1. A Autarquia não possui o PLS – Plano de Logística Sustentável. Quanto aos aspectos de sustentabilidade na gestão do contrato e considerando o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, verificou-se que este objeto não possui parâmetros de sustentabilidade para serem aplicados no processo licitatório em questão em específico, além dos exigidos pelos Órgãos de Controle, conforme sub-item 3.3 do Item 3. Requisitos da Contratação. A contratação é viável desde que todos os parâmetros apontados neste documento sejam atendidos.

14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

14.1. Declaro ser favorável ao prosseguimento da contratação, considerando sua relevância e oportunidade, em relação aos objetivos estratégicos e as necessidades da área requisitante.

Formiga(MG), 07 de Outubro de 2024.

Wanderson Aparecido dos Santos